



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.887-A, DE 2023

(Dos Srs. Carol Dartora e Welter)

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos direitos da mulher, e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pela aprovação (relatora: DEP. ANA PIMENTEL).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

Projeto de Lei nº ____ de 2023
(Dep. Carol Dartora - PT/PR e Dep. Welter - PT/PR)

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos direitos da mulher, e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher.

Art. 1º A partir do exercício de 2024, ano-calendário de 2023, a pessoa física poderá optar pela doação aos fundos controlados pelos Conselho Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher e de ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

§1º A doação de que trata o caput deste artigo poderá ser deduzida até o percentual de 3% (três por cento) aplicado sobre o imposto de renda devido apurado na declaração.

§2º A dedução de que trata o §1º deste artigo:

I - está sujeita ao limite de 6% (seis por cento) do imposto de renda devido apurado na declaração;

II - não se aplica à pessoa física que:

a) utilizar o desconto simplificado;



b) apresentar a declaração fora do prazo;

III – aplica-se somente a doações em espécie; e,

IV - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor.

§3º O pagamento da doação deve ser efetuado até a data de vencimento da primeira quota ou da quota única do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§4º O não pagamento da doação no prazo estabelecido no §3º deste artigo implica a glosa definitiva dessa parcela de dedução, e obriga a pessoa física ao recolhimento da diferença do imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual, com os acréscimos legais previstos na legislação.

§5º A pessoa física poderá deduzir do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual as doações feitas, no respectivo ano-calendário, aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da Mulher e de ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar, concomitantemente com a opção de que trata o caput deste artigo, respeitando o limite previsto no inciso I do §2º deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo incentivar e fomentar ações de enfrentamento à violência contra a mulher, autorizando que o contribuinte destine parte de seu imposto de renda para os fundos da mulher existentes nos municípios, Estados brasileiros, bem como ao fundo nacional.



* C D 2 3 3 1 7 1 2 7 2 6 0 0 *

Os fundos da Mulher são geridos pelos Conselhos Municipais das mulheres e na maioria dos municípios, em razão do baixo orçamento municipal, contam com poucos ou nenhum recurso para desenvolvimento de campanhas, projetos e ações que busquem diminuir o índice de violência contra a mulher no Brasil.

Possibilitar que o fundo da mulher seja mais uma das entidades autorizadas e capazes de receber parte da destinação do imposto de renda, é garantir que o Conselho da mulher de todos os municípios brasileiros, possam contam com recursos que garantam uma maior atuação do conselho frente ao aumento da violência enfrentada pelas mulheres nos últimos anos.

O Brasil registrou, no ano passado, 1.410 casos de feminicídio. Em média, uma mulher foi assassinada a cada 6 horas no País por ser mulher. Os números são do Monitor da Violência, do portal G1 e do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP).¹

Especialistas apontam que mulheres vítimas de violência doméstica têm maior risco de desenvolver transtornos mentais como ansiedade, depressão e estresse pós-traumáticos, segundo dados publicados pela UNB em 2018. Segundo notícia vinculada à Folha de São Paulo no dia 08 de março de 2023,

"No país, todas as formas de violência contra a mulher cresceram em 2022 segundo dados da pesquisa "Visível e Invisível: a vitimização das Mulheres no Brasil". O levantamento foi feito entre 09 e 13 de janeiro de 2023 pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Participaram 2017 pessoas de 126 municípios.

A pesquisa apontou que 28,9% das brasileiras sofreram algum tipo de violência em 2022. A maior parte das mulheres agredidas são negras (65,6%), com idade entre 16 e 24 anos (30,3%). A maior parte dos casos



* c d 2 3 3 1 7 1 2 7 2 6 0 0 *

(53,8%) ocorreram em casa e 31,3% dos agressores eram ex-parceiros amorosos. São 76,5% aquelas que destacaram como ponto relevante para coibir a violência a aplicação de punição mais severa e 72,4% as que mencionaram ser importante ter “alguém para conversar, como um psicólogo ou outro especialista em saúde mental.”

Ainda, segundo pesquisa do IPEA, divulgada em março de 2023, o Brasil cerca de 822 mil casos de estupro por ano, o que equivale a 2 estupros por minuto no país. Aponta que, desses casos, apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia e 4,2% são identificados pelo Sistema de Saúde. Com este quadro, temos o fato de que a maioria das vítimas de estupro permanecem desatendidas pelo sistema de saúde, seja no atendimento ginecológico, como no atendimento psicológico. O que está frequentemente associado à depressão, ansiedade, impulsividade, distúrbios alimentares, sexuais e de humor, alteração na qualidade do sono, além de ser um fator de risco para o comportamento suicida.

Dessa forma, o aumento da capacidade financeira dos fundos da mulher para promoção de ações de prevenção, divulgação e proteção às mulheres contribuiriam para a efetivação de políticas públicas para uma nova cultura social de equidade de gênero e construção de ações de combate à violência doméstica e familiar em todos os âmbitos, especialmente sobre os municípios de menor capacidade econômica, tornando-se urgente esta medida.



* c d 2 3 3 1 7 1 2 7 2 6 0 0 *





Projeto de Lei (Da Sra. Carol Dartora)

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos direitos da mulher, e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher.

Assinaram eletronicamente o documento CD233171272600, nesta ordem:

- 1 Dep. Carol Dartora (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Welter (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

Apresentação: 28/11/2023 08:36:19.053 - CMULHER
PRL 1 CMULHER => PL 2887/2023

PRL n.1

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 2.887, DE 2023

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos Direitos da Mulher, e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas Pessoas Físicas e Jurídicas as doações efetuadas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher.

Autores: Deputados CAROL DARTORA E ELTON CARLOS WELTER.

Relatora: Deputada ANA PIMENTEL.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.887/2023, de autoria da Deputada Carol Dartora (PT-PR) e do Deputado Elton Carlos Welter (PT-PR), dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos Direitos da Mulher, e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas Pessoas Físicas e Jurídicas as doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher.

Apresentado em 04/07/2023, o Projeto de Lei em tela foi distribuído para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 05/07/2023.

Em 29/09/2023, recebi a honra de ser designada como Relatora do Projeto de Lei nº 2.887/2023.



exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

A matéria sujeita-se a regime de tramitação ordinária e à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Não foram apensadas outras proposições ao Projeto original.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas ao Projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

No primeiro ano da legislatura que se iniciou em 2023, a elaboração legislativa em prol da defesa dos direitos da mulher e, especialmente, do aumento do volume de recursos públicos destinados a promovê-los tem merecido a atenção da Câmara dos Deputados. Trata-se de iniciativas louváveis, que ampliam a capacidade concreta do Poder Público, nas três esferas da Federação, para tratar do problema da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Com esse propósito, o Projeto de Lei nº 2.887/2023, de autoria da Deputada Carol Dartora (PT-PR) e do Deputado Elton Carlos Welter (PT-PR), dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos Direitos da Mulher, e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas Pessoas Físicas e Jurídicas as doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher.

Segundo o artigo 71 da Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, “constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por Lei, **se vinculam a realização determinados objetivos ou serviços**, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”. Por essa razão, entendemos ser legítimo que o Projeto de Lei nº 2.887/2023 preveja que, a partir do exercício de 2024, ano-calendário de 2023, a pessoa física poderá optar pela doação aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

e de ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Entendemos que esses fundos se enquadram no conceito de fundo especial.

Como foi mencionado pela justificação do PL em tela, o país necessita que a Receita Federal incentive e fomente as ações de enfrentamento da violência contra a mulher. Por meio da autorização formal do poder público, o contribuinte que desejar poderá, voluntariamente, destinar parte do seu Imposto de Renda para os Fundos da mulher existentes nos Municípios e Estados brasileiros, bem como ao Fundo Nacional, que pertence à União.

Na linha da Lei nº 14.316/2022, que altera as Leis nº 13.756/2018 e nº 13.675/2018 para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de enfrentamento da violência contra a mulher, entendemos ser valiosa a iniciativa do Projeto de Lei nº 2.887/2023 voltada para a ampliação dos orçamentos dos Estados e Municípios para o desenvolvimento de campanhas, projetos e ações que busquem diminuir os índices da violência contra a mulher no Brasil.

Trata-se de problema a exigir tratamento decidido e imediato. Sabe-se, pelos estudos acadêmicos realizados, que as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar têm maior risco de desenvolver transtornos mentais como ansiedade, depressão, distúrbios alimentares, sexuais e de humor, impulsividade, estresse pós-traumático, alteração da qualidade do sono, além de ser um risco para o comportamento suicida. Essas informações foram divulgadas por pesquisas realizadas pela Universidade de Brasília, em 2018, e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Mais grave ainda, segundo o estudo, divulgado em março de 2023, pelo IPEA, no Brasil ocorrem 822 mil casos de estupro por ano, ou 2 estupros por minuto. Esses dados exigem de nós, parlamentares da Câmara dos Deputados, o compromisso com a mudança efetiva e concreta da situação atual. As mulheres brasileiras não podem continuar vivendo suas vidas sob o risco e o medo de serem violentadas.

Por sua vez, os responsáveis pelo Poder Público não podem continuar repetindo que não dispõe de recursos para enfrentar o problema. Por meio dessa e de outras





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

iniciativas, o Estado brasileiro, nas suas três esferas, poderá se capacitar melhor para agir de maneira rápida e eficiente em intervenções capazes de realizar mudanças efetivas.

Após um período de incertezas e retrocessos, o Brasil busca recuperar sua capacidade de investimento em políticas efetivas na área social e em muitas outras que, certamente, produzirão impactos positivos na vida quotidiana das mulheres do nosso país. A proposição sob análise faz parte desse esforço.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.887/2023.

Sala da Comissão, em de 2023.

Deputada ANA PIMENTEL
Relatora



exEdit

* C D 2 3 1 6 2 5 3 2 0 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 2.887, DE 2023

Apresentação: 06/05/2024 15:27:38.953 - CMULHER
PAR 1 CMULHER => PL 2887/2023

PAR n.1

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.887/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Ana Pimentel.

Registraram presença à reunião as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados:

Ana Pimentel - Presidenta, Laura Carneiro, Talíria Petrone e Silvye Alves - Vice-Presidentas, Benedita da Silva, Coronel Fernanda, Delegada Ione, Delegada Katarina, Geovania de Sá, Maria Arraes, Marussa Boldrin, Nely Aquino, Professora Goreth, Rogéria Santos, Silvia Waiãpi, Socorro Neri, Yandra Moura, Dayany Bittencourt, Diego Garcia, Flávia Morais, Franciane Bayer, Gisela Simona, Jack Rocha, Nikolas Ferreira, Reginete Bispo e Sâmia Bomfim.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2024.

Deputada TALÍRIA PETRONE
Vice-Presidenta



* C D 2 4 5 1 2 8 8 5 9 6 2 0 0 *

